



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Procuradoria Geral do Município

CONTRATO 043/2016
PROCESSO Nº 7198/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016
TIPO: MENOR PREÇO

Contratante: MUNICÍPIO DE PARACAMBI, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. **Tarciso Gonçalves Pessoa**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68.

Contratada: **ROSELI ALVES P. MONFARDINI LANCHONETE E RESTAURANTE ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.899.124/0001-30, sediada no endereço Estrada Paracambi Cabral, s/n, Km 6, Fazenda Invejada – Seropédica/RJ, neste ato representada pelo Sr. **Roseli Alves Pereira Monfardini**, portadora da carteira de identidade nº 10014252-0 IFP-RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 951.817.417-20.

Nos termos da proposta da Empresa **ROSELI ALVES P. MONFARDINI LANCHONETE E RESTAURANTE ME**, estabelecemos Contrato de Prestação de Serviços para assim atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro Municipal no Pregão Presencial nº. 008/2016, devidamente homologado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal em 25 de abril de 2016, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

1- DO OBJETO

- 1.1- O presente Contrato tem por objeto a Locação de Palcos, Barracão, Barracas e Lona de Circo, para atender aos eventos da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme as especificações constantes no edital PREGÃO PRESENCIAL nº...../2016 e seus anexos, os quais integram este termo independentemente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - Conforme a proposta apresentada pela CONTRATADA, a qual integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes, o valor global dos serviços será R\$ 116.180,00 (cento e dezesseis mil cento e oitenta reais);

2.1.1 – O pagamento será de acordo com o evento realizado. Após a emissão da nota fiscal e a entrada do processo na Tesouraria, o prazo de pagamento será de 30 dias, obedecendo a ordem cronológica de chegada, devidamente atestada pelos responsáveis pela fiscalização

Roseli Alves Pereira Monfardini



dos serviços, em 02 (duas) vias, em conformidade com as especificações constantes deste Edital e seus anexos.

2.1.2 - O pagamento será efetuado por meio de crédito em nome da Contratada, mediante ordem bancária emitida em seu nome, para crédito na conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Contrato e seus anexos.

2.1.3 - Havendo atraso de pagamento, o valor devido sofrerá compensação financeira, tomando por base a TR do mês anterior, pro rata tempore, sobre o valor da fatura, bem como uma multa no valor de 1% (um por cento) pro rata tempore a título de penalização.

2.1.4 - Para eventuais antecipações de pagamento serão concedidos descontos com bases na TR pro rata tempore.

2.2 - A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

2.4 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com a parcela vinculada ao evento, cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

2.5 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

2.6 - O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório e constante no Contrato.

2.7 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

2.8 - As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme especificado abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.01.13.392.0049.2121
ELEMENTOS DE DESPESA: 33.90.39.00.00.00.00 – cód. reduz. 1352

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO E DO PRAZO

3.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

Roseli Alves Pereira Maciel



3.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pela Contratada.

3.4 - O contrato terá vigência com início em 28 de abril de 2016 e término em 31 de dezembro de 2016.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Do Município:

4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;

4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;

4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;

4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avançado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

4.2 - Da Contratada:

4.2.1 - Prestar os serviços objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital de Pregão Presencial nº 008/2016;

4.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos e serviços executados;

4.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;

4.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

4.2.5 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta as suas despesas, incluindo alimentação de seus trabalhadores, combustível e transportes de

Roseli Alves Pereira Maciel



materiais;

4.2.6 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº. 008/2016;

4.2.7 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo nos casos previamente consentidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, mediante justificação.

4.2.8 - Responder, por força do presente contrato e da legislação de regência da matéria, pelos prejuízos que causar ao Contratante ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, diretamente ou por seus prepostos e empregados, bem como de qualquer agente que, por sua conta, intervir ou for utilizado naquela execução, sujeitando-se à cobrança regressiva de todo e qualquer ônus porventura imposto a Contratante, em razão de danos a terceiros;

4.2.9 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços prestados em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES

5.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, das quais destacamos:

I. Advertência;

II. Nos atrasos na prestação dos serviços: multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada a 10% (dez por cento) do valor da obrigação;

III. Nas inexecuções totais: multa indenizatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato.

Roseli Alves Pereira Moura



IV. Nas inexecuções parciais: multa indenizatória de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida ou sobre o valor da adjudicação, esse último nos seguintes casos específicos:

- a) Não entrega de documentação exigida no Edital.
- b) Apresentação de declaração ou documentação falsa.
- c) Não manutenção da proposta.
- d) Comportamento inidôneo.
- e) Realização de fraude fiscal.

V. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;

VI. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

6.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima serão descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

6.2.1 – Nos casos de rescisão contratual, o prazo para pagamento da multa aplicada e não paga será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação.

6.3 - Da aplicação das penas definidas nos subitens "I" a "VI", do subitem 6.1, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a Unidade Administrativa requisitante, a qual decidirá o recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, em igual prazo.

6.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

6.6 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;

II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;

III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato sem prévia análise e autorização da Secretaria requisitante;

Roseli Alves Pereira Apudandini



IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;

V. Pela aplicação de mais de 2 (duas) advertências.

6.7 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.


7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor, cujo extrato será publicado pelo Município no prazo disposto em Lei.

Paracambi/RJ, 28 de abril de 2016.


PREFEITO MUNICIPAL DE PARACAMBI
Tarciso Gonçalves Pessoa
CONTRATANTE


ROSELI ALVES P. MONFARDINI LANCHONETE E RESTAURANTE ME
Roseli Alves Pereira Monfardini
CONTRATADO

Testemunhas:

.....
Nome:

CPF

.....
Nome:

CPF